

- CXI -**ACORDOS INTERNACIONAIS ENTRE O INSTITUTO
FEDERAL DE BRASÍLIA E OS PAÍSES DA AMÉRICA
LATINA: UMA BREVE ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA
DA POLÍTICA EDUCACIONAL INTERNACIONAL E
COMPARADA****Jennifer de Carvalho Medeiros**

Instituto Federal de Brasília

jennifer.medeiros@ifb.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho destaca a importância da internacionalização para a educação profissional desenvolvida no Instituto Federal de Brasília, no sentido de analisar qual tendência de educação profissional é difundida entre os países parceiros. Assim, apontamos como objetivo geral analisar os acordos internacionais firmados entre o Instituto Federal de Brasília e demais instituições internacionais no âmbito da América Latina em 2017.

A partir dessa análise, lançamos as seguintes questões: qual perspectiva de educação profissional é assumida pelo Instituto Federal de Brasília frente ao processo de internacionalização? Qual é a agenda para educação profissional a partir do contexto da mundialização da educação e da relação educação e trabalho?

Adotaremos como caminho metodológico a perspectiva crítica dos estudos comparados, corroborando com as ideias de Trojan (2010), que destaca a importância de se pensar na educação comparada para além de um processo que classifica as práticas educacionais dos países por meio dos processos globais de avaliação. Significa, portanto, compreender, no âmbito da América Latina, os fatores condicionantes que desencadearam as reformas educacionais, sobretudo vinculadas às reestruturações políticas e econômicas dos países em questão.

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA AMÉRICA LATINA E A INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Os organismos internacionais ou multilaterais investiram nos países emergentes com o objetivo de reestruturar o capital. Esse investimento se traduziu na intervenção que dissemina ideologias neoliberais de reestruturação, desenvolvimento e manutenção do capitalismo.

Saviani (2011) afirma que as novas formas de produção fordista e taylorista exigiram um indivíduo extremamente competitivo e flexível às demandas do mercado. Para conseguir se adaptar a esse contexto, esse indivíduo deve ter uma formação polivalente que reforce a educação como processo econômico-produtivo.

A partir dos anos 1990, a teoria do capital humano foi empregada para incentivar e satisfazer os interesses privados, cabendo ao indivíduo fazer as escolhas adequadas e necessárias para garantir o seu espaço em um mercado competitivo. Nesse sentido, Saviani (2011, p. 430) aponta que “a educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis”.

Convém, pois, investigar em que medida podemos identificar rupturas ou continuidades desses argumentos no atual paradigma da educação profissional, principalmente considerando a criação da Rede Federal como política inovadora que supera a dualidade histórica presente na educação profissional. Além disso, é importante relacionar tais argumentos ao processo de internacionalização, com vistas a analisar o sentido dos acordos e dos interesses envolvidos.

ACORDOS INTERNACIONAIS DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA FIRMADOS COM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA EM 2017: ALGUMAS PERSPECTIVAS

A Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia incentiva as ações e políticas com o viés para internacionalização, como forma de atender às demandas globais de produção do conhecimento. Sob esse aspecto, Ferrari (2015) declara que a internacionalização decorre do processo de homogeneização das ações educacionais, sobretudo no campo da elaboração de políticas públicas que, alinhadas aos interesses globais, ditam os caminhos que a educação deve seguir.

Nesse sentido, foi criada em 2009, no Fórum de Relações Internacionais dos Institutos Federais, a Política de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Foi um documento construído coletivamente, por representantes dos Institutos Federais e foi baseado em uma série de documentos da UNESCO e da Secretaria de Educação Técnica do Ministério da Educação.

Na perspectiva da educação comparada, Bash (2012) destaca a agenda de políticas com foco nas questões relacionadas à empregabilidade, pautadas principalmente no impacto do desenvolvimento da globalização. A autora explica que a partir do processo de globalização, a formação para o trabalho também se modificou, uma vez que as demandas globais passaram a exigir um trabalho superespecializado, que reúne saberes que vão além da vocação para o desempenho de determinada atividade. É desse modo que a profissionalização se torna elemento importante na relação entre trabalho e educação.

O documento que define as políticas de internacionalização da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia aponta a necessidade de estabelecer relações solidárias com os países, em especial aqueles da América Latina e da África. No entanto, de acordo com o levantamento realizado no sítio eletrônico do Instituto Federal de Brasília, em 2017, foram feitos acordos com os seguintes países: Alemanha, Benin, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Finlândia, França, Irlanda, Peru, Portugal, Sudão e Suriname.

Observa-se, portanto, que a maioria dos acordos celebrados foram entre países considerados desenvolvidos nos campos da ciência e da tecnologia. Cabe investigar a razão do número reduzido de países da América Latina. Entretanto, reconhecendo as limitações do presente artigo, abordaremos brevemente o sistema educacional do Peru e do Suriname e em seguida apresentar a natureza do acordo firmado entre o Instituto Federal de Brasília com esses países.

O sistema educacional peruano está organizado em quatro níveis: inicial, primário, secundário e superior. A educação profissional peruana está muito vinculada à aquisição de saberes para o mercado e para as demandas globais, estabelecendo parcerias principalmente com o setor privado. De acordo com a Agência CNI de Notícias, a relação entre o Brasil e o Peru se mostra fortalecida em função das parcerias comerciais entre os países. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 98,6%, de US\$ 1,97 bilhão para US\$ 3,92 bilhões.

A parceria com o Instituto Federal de Brasília ocorreu no âmbito do intercâmbio e das experiências nas áreas de formação para língua espanhola e da gastronomia. A parceria

deu ênfase aos aspectos culturais do país peruano como forma de aprimorar a formação dos estudantes de Letras Espanhol e dos estudantes do curso técnico em Cozinha.

O sistema educacional do Suriname recebe fortes influências do período de colonização holandesa. A educação é obrigatória e gratuita até os doze anos de idade. Os dados sobre as taxas educacionais do Suriname não são oficializados, mas divulga-se que mantém um padrão de qualidade em função do processo colonizador da Holanda.

No âmbito da educação profissional, o Instituto Federal de Brasília celebrou um acordo com o Polytechnic College Suriname para a oferta do curso de Português para Estrangeiros na modalidade a distância. Além do curso de português, há a previsão de intercâmbio de estudantes surinameses para os cursos de graduação do eixo tecnológico de Infraestrutura e Tecnologia da Informação do Instituto Federal de Brasília.

A parceria com o Suriname é compreendida no âmbito do IFB como forma de apresentar e divulgar a prática do próprio instituto a um país que vê no Brasil a possibilidade de ser cooperado e encontrar novas formas de trabalho, razão pela qual o curso de português é estabelecido como prioridade no conjunto das metas do acordo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da explícita orientação de fomentar parcerias e acordos com os países da América Latina, consideramos que o número ainda pode melhorar, no sentido de fortalecer e trocar experiências com países que, historicamente, apresentam semelhanças na constituição da relação educação e trabalho com o Brasil.

Evidenciamos que a agenda política para educação profissional caminha na direção da lógica das competências, dando ênfase à formação pragmática e individualizada. Contudo, o Brasil tem nos Institutos Federais a possibilidade de reinventar a educação profissional, sendo preciso agir frente às determinações dos organismos internacionais e das agendas neoliberais de produção de políticas educacionais que revelam a continuidade da dualidade dos processos educativos.

REFERÊNCIAS

BASH, Leslie. **Educação, emprego e treinamento profissionalizante**. In: Educação comparada: panorama internacional e perspectivas; volume um / organizado por Robert Cowen, Andreas M. Kazamias e Elaine Ulterhalter. – Brasília: UNESCO, CAPES, 2012.

FERRARI, Mari. **A internacionalização dos Institutos Federais:** um estudo sobre o acordo Brasil-Canadá. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v.36, n.133, p.1003-1019, out/dez.2015

SAVIANI, Demerval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

TROJAN, Rose Meri. **Estudo comparado sobre políticas públicas educacionais na América Latina e as influências dos organismos internacionais.** RBPAE- v. 26, n.1, p.55-74, jan/abr. 2010